

III SECISA

13 a 15 de Setembro de 2017
UNESPAR CAMPUS DE CAMPO MOURÃO - PR



Anais do III Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná
Campo Mourão - PR, 13 a 15 de setembro de 2017

APROXIMAÇÕES TEÓRICAS ENTRE OS CONCEITOS DE INTERDISCIPLINARIEDADE, INTERSETORIALIDADE E O PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS

FLÁVIA XAVIER DE CARVALHO
Assistente Social, Mestre em Educação
Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
flavia_social@hotmail.com

SILVANA SOUZA NETTO MANDALOZZO
Bacharel em Direito, Doutora em Direito
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
smandalozzo@uol.com.br

RESUMO - Este artigo compreende a apresentação de algumas ideias sobre os conceitos de interdisciplinariedade e intersectorialidade acerca do Programa de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Após apresentação e ilações destes conceitos, buscar-se-á apreender quais são as características intrínsecas ao trabalho de reabilitação que acabam por demandar dos profissionais envolvidos uma abordagem interdisciplinar e uma atuação intersectorial entre as políticas públicas. Considera-se que o trabalho com a reabilitação profissional não se esgota nesta ou naquela especialidade, bem como em instituições isoladas. Neste sentido comunga-se da ideia que um trabalho que proporcione condições favoráveis para a reabilitação profissional deve estar atento à amplitude e profundidade das necessidades do trabalhador/reabilitando. Em síntese o artigo tece discussões conceituais e contemporâneas sobre as categorias interdisciplinariedade e intersectorialidade. Compreende-se que os apontamentos reflexivos sobre o referente programa não se finalizam neste artigo, mas sim contribuem para novas e futuras investigações. A pesquisa utiliza-se do método qualitativo, por meio da revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Reabilitação Profissional. Interdisciplinariedade. Intersectorialidade

ABSTRACT - This article includes the presentation of some ideas about the concepts of interdisciplinarity and intersectoriality about the Professional Rehabilitation Program of the National Institute of Social Security (INSS). After presentation and conclusions of these concepts, we will try to apprehend what are the characteristics intrinsic to the rehabilitation work that end up demanding from the professionals involved an interdisciplinary approach and an intersectorial action between public policies. It is considered that work with professional rehabilitation is not exhausted in this or that specialty, as well as in isolated institutions. In this sense, the idea is that a job that provides favorable conditions for professional rehabilitation must be attentive to the extent and depth of the needs of the worker / rehabilitation. In summary the article weaves conceptual and contemporary discussions about the categories interdisciplinarity and intersectoriality. It is understood that the reflective notes about the referent program are not finalized in this article, but rather they contribute to new and future studies. The research uses the qualitative method, through the bibliographic review.

Keywords: Professional Rehabilitation. Interdisciplinarity. Intersectorialit

1. INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, cabe dizer que este trabalho é resultado de muitas reflexões e discussões com profissionais que atuam no INSS e com colegas que trabalham nas demais políticas públicas (leia-se saúde, trabalho, assistência social, educação), bem como o diálogo com autores e temas correntes na questão da reabilitação profissional.

A reabilitação profissional brasileira caracteriza-se como uma política integrante do sistema de benefícios previdenciários, desenvolvida com exclusividade no âmbito do Estado, uma resposta pública à questão da incapacidade associada ou não as doenças e acidentes de trabalho. O presente trabalho busca apreender fundamentos teóricos acerca do conceito de interdisciplinaridade e intersetorialidade, buscando estabelecer uma relação de proximidade com o Programa de Reabilitação Profissional desenvolvido pelo INSS.

Ao longo dos anos ocorreram mudanças na forma de ver, pensar e de fazer a Reabilitação Profissional. No âmbito da Previdência Social, inicia-se a necessidade de reconhecimento de diversos fatores tanto na atuação da avaliação da capacidade laboral quanto na definição de estratégias com vistas a (re) inserção no mercado de trabalho.

Deste modo, buscar a interdisciplinaridade no Serviço de Reabilitação Profissional torna-se prioridade na tentativa de entender a mutualidade das significações humanas em sua totalidade. A interdisciplinaridade consiste em uma articulação entre várias disciplinas que possuem um enfoque em um objeto ou problema complexo para o qual a busca de soluções e encaminhamentos não encontrará respostas em uma só área. A gestão intersetorial é destacada como relevante na atuação do programa, visto que pressupõe articulação entre diversas instituições e conseqüentemente contribui para a efetividade da (re) inserção profissional do reabilitando.

2. DA CONCEPÇÃO SETORIZADA PARA A DIRETRIZ UNITÁRIA NA INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE

O fundamentos históricos e teórico-conceituais sobre interdisciplinaridade e intersetorialidade, compreendidos na perspectiva das ciências humanas, corroboram a dominação do positivismo. Sobre está apreensão Severino (2010, p. 15) afirma que:

O positivismo torna-se, portanto, no limiar da contemporaneidade, o maior responsável pela fragmentação do saber e o maior obstáculo à própria

interdisciplinaridade. E com toda razão, dado que ele se apresenta fundamentalmente como uma Filosofia da Ciência, tematizando de modo específico a questão da natureza, do processo e do alcance e validade do saber científico. Tendo, portanto, muita autoridade, marcou profundamente as feições da cultura contemporânea, de modo particular no aspecto epistemológico. Consagra a proposta das especializações, que, se não chegaram a comprometer o esforço de unificação no âmbito das Ciências Naturais, comprometeram-no, de forma inevitável, no âmbito das Ciências Humanas (2010, p. 15).

O positivismo é o maior responsável pelo fracionamento do conhecimento e pelo empecilho à própria interdisciplinariedade, porém não basta fazer uma revisão do positivismo apenas no campo do conhecimento, sem levar em consideração a crítica de suas ligações e compromissos no âmbito ideológico, pois, assim feita, essa revisão carece de legitimidade, visto que a crítica ao positivismo envolve não apenas os critérios do conhecimento e os éticos, mas é necessariamente política.

Ressalva Netto (2009) as interpretações reducionistas dadas pelos positivistas à teoria e ao método de Marx aparecem em relação a dois aspectos: de um lado, quando enfatizam apenas o fator economicista como determinante na explicação dos processos sociais históricos; desse modo, os positivistas abandonaram a totalidade na apreensão da realidade, por não considerar os diversos aspectos do real e interpretá-lo de forma monocausal; de outro, quando atestam um pretensão determinismo no pensamento marxiano, tornando a teoria social de Marx comprometida com uma teleologia evolucionista, isto é, “a Marx, uma dinâmica qualquer [...] dirigia necessária e compulsoriamente a história para um fim” (2009, p. 671).

Constata-se a concordância entre Severino (2010), Sá (2010) e Pereira (2014) quanto a investir na tarefa de pesquisar sobre a interdisciplinariedade e a intersetorialidade, devendo-se levar em consideração o momento histórico dominado pela lógica do processo científico positivista.

Dito de outra forma, o positivismo, ao caminhar na contramão de uma tradição de pensamento que, desde a filosofia clássica, passando pela razão iluminista, primava pela íntima ligação da consciência com a prática humana e pela necessidade de uma intelegibilidade universal, seguiu rumo diferente (PEREIRA, 2014, p. 28).

Acerca do pós-modernismo, Pereira (2014, p. 29) assegura que:

O discurso do chamado pós-modernismo, que também critica o positivismo como uma anacrônica herança da modernidade e reivindica a sua superação, vem ganhando adeptos. Só que, sob esse discurso, o acerto de contas com o positivismo seria: romper com a ciência moderna, dado o século XIX, de

pureza kantiana - cujos pilares são a neutralidade, a experimentação, a quantificação, colocando em seu lugar uma ciência pós-moderna.

É importante problematizar a interdisciplinariedade e a intersetorialidade como uma necessidade e acerto de contas no campo do conhecimento positivista. O esforço que se exige nessa reflexão é de qualificar a constituição de uma perspectiva de totalidade que transponha a fragmentação e a desarticulação e não se limite a uma compreensão de unidade como resultado de atividade mental, intelectual ou de saberes e práticas profissionais, mas fruto da complexa relação entre realidade social e conhecimento, expressão da práxis social, levando em conta o modo pelo qual se constitui o real.

A discussão sobre interdisciplinariedade nas ciências sociais sinaliza que o desenvolvimento do conhecimento científico é atrelado ao impulso da técnica. Dessa forma, prevalece a ruptura entre o pensamento e o universo material devido ao êxito da especialização. A separação crescente das disciplinas científicas constituiu a expressão de um desmembramento da realidade humana.

Porém, é preciso ter claro que a interdisciplinariedade não ignora as diferenças, pois reconhecer a relevante contribuição do disciplinar traz à construção do conhecimento não implica desconsiderar a indiscutível importância de aprofundamento em aspectos particulares relacionados à especificidade dos diversos enfoques, assim o que os une é mais importante do que as diferenças que os separaram (MUNHOZ; JUNIOR, 2009).

Nos estudos de Guerra (2011), Antunes (2011), Netto (2009), Harvey (2001) demonstram a racionalização, a especialização, a acumulação flexível e a reestruturação produtiva do capital como partes do movimento de produção e reprodução capitalista para enfrentar sua crise de acumulação e valorização, transformando-as em valores ideias incorporados no conjunto da sociedade, principalmente no modo de ser e fazer. Há uma intensificação da divisão sociotécnica do trabalho, aprofundando a fragmentação e a ampliação dessa divisão para outras áreas atrelado pela segmentação entre o político e o econômico.

Guerra entende nesse mesmo debate que,

[...] se humanismo, historicismo e razão dialética, enquanto elementos constitutivos da razão moderna, fundam e expressam uma racionalidade que incorpora causalidade e teleologia, esses mesmos traços tornam-se objeto de questionamento. A barbárie instaurada na sociedade capitalista madura permite que se coloquem em dúvidas as possibilidades da razão objetiva em reconfigurar a realidade. A suposta falência das teorias macroestruturais põe em risco tanto a racionalidade contida no sistema capitalista quanto aquela configurada no socialismo real. Na sequência, sanciona-se a adoção de

teorias sociais que valorizam o microscópico, o fragmento, que transformam a realidade em um simulacro. Embora reconhecendo a ponderabilidade que as correntes irracionais vêm adquirindo na contemporaneidade, tendo a considerar que a relação entre racionalismo formal e irracionalismo transcende largamente à clássica polarização que põe a fratura ontológica entre racionalidade, forma e irracionalidade (2011, p. 16).

A interdisciplinariedade pode ser concebida como uma maior aproximação da razão dialética na apreensão da realidade, compete frisar que não é análoga a uma perspectiva de totalidade.

Para Ianni,

Refletir dialeticamente é não progredir de modo positivista, é não refletir de modo contínuo, é não refletir em termos de senso comum, é não refletir em termos religiosos, é refletir em termos científicos, filosóficos, com estas peculiaridades. Então, [é] esse [o] método de reflexão, ou seja, esse andamento da reflexão dialética que é caminhar da aparência à essência, da parte ao todo, do singular ao universal, isso tudo em conjunto, levando em conta o modo de constituição, a maneira pela qual se constitui a realidade (1986, p.24).

Trata-se, na perspectiva da crítica marxista, de trazer a condensação do conhecimento de forma relacional, de totalidade, ao mesmo tempo constituído de processos históricos da realidade na abordagem de problemas. A materialidade dos fatos está no real como unidade e síntese de múltiplas determinações e, para apreender em essência essas determinações, é necessário capturar na totalidade as mais diversas mediações do real. Marx expõe o método histórico-dialético para a compreensão da realidade, indicando a perspectiva da totalidade, da relação de reciprocidade e de antagonismo (MARX, 1991 e NETTO, 2009).

Pereira (2014) analisa que é necessário investigar concretamente as características e contradições específicas do real, pois esta é uma condição imprescindível para evitar que a leitura de determinadas realidades divergentes seja feita apenas por meio de um único paradigma ou corrente teórica positivada. Tal observação explica a existência de conhecimentos particulares no campo da totalidade da ciência, mas de forma que cada saber particular em relação a outro é sempre relativo e nunca absoluto.

Na relação dialética, o particular e/ou o específico apenas têm validade quando se vinculam ao universal, é inconcebível a existência de um conjunto universal que não esteja vinculado intrinsecamente ao particular. Nesta perspectiva crítica, torna-se essencial apreender em que medida a interdisciplinaridade e a intersetorialidade referem-se aos nexos, mediações e contradições, em uma aproximação à perspectiva de totalidades e historicidades de processos societários.

Desta feita, investir na compreensão desses conceitos para analisar o programa de reabilitação profissional significa desvelar a incompletude, a fragmentação das políticas sociais e dos saberes profissionais para atendimento ao trabalhador reabilitado.

3. INTERSETORIALIDADE E POLÍTICA SOCIAL

Para fundamentar a discussão sobre intersectorialidade, ressalta-se a programática neoliberal, que restringe a proteção social a uma perspectiva setorializada, focalista e residual, com o Estado assumindo um papel disciplinador e punitivo para com os trabalhadores.

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração (HARVEY, 2014, p. 13).

Conforme a proposta neoliberal, estabeleceu-se que as políticas sociais e os saberes são divididos em setores fragmentados, Pereira (2014) afirma que:

A constituição de cada um desses setores como esfera de atuação do Estado, no entanto, não denota uma processualidade exclusiva e isolada de cada um deles. A consolidação de cada setor de política social resulta da combinação, nem sempre homogênea, entre: 1 - os padrões de racionalização das tecnologias do Estado no campo da regulação social, sobretudo na fase monopólica do capital; 2- a correlação de forças entre as classes na configuração das formas de enfrentamento dos conflitos e das necessidades sociais; e 3- a dinâmica da institucionalização dos complexos que compõem a vida social e sua relação com o Estado. Portanto, a particularidade de cada política social constitui um fator importante a ser considerado para a compreensão e problematização da própria temática da intersectorialidade, o que não significa afirmar que a trajetória de cada setor tenha se dado de forma endógena, muito ao contrário. A constituição de cada setor se deu em grande medida a partir da relação com os demais, como processo de estabelecimento de prerrogativas, fronteiras e intersecções socioinstitucionais, enquanto dinâmica de institucionalização e desinstitucionalização de práticas e saberes (PEREIRA, 2014, p. 233).

A intersectorialidade na política social se coloca como uma estratégia resultante da reunião de vários setores que, historicamente, foram configurados por um arranjo institucional fragmentado para responder às demandas da questão social de forma separada. Em contrapartida, a intersectorialidade mistifica o real ao tentar combinar os diversos setores para superar a fragmentação posta e enfrentar a questão social, ocultando os processos constituídos na política neoliberal.

Historicamente as políticas públicas de cunho social assumiram um desenho socioinstitucional setorial, 'temático', ou por 'área' – a depender das distintas apropriações presentes na literatura sobre o tema –; resultado da combinação entre as estratégias fragmentadas de enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e o desenvolvimento de um campo institucional complexo de serviços públicos organizados em diversas dimensões da vida social (PEREIRA, 2014, p. 235).

As mudanças na estratégia de gestão tornam-se fundamentais para o enfrentamento das expressões da questão social, o qual é um desafio para as políticas sociais. O desafio de implantar a intersetorialidade encontra-se no cotidiano, posto no âmbito institucional, que perpassa uma necessidade de enfrentamento da “cultura institucional” setorializada, consolidada sob a lógica neoliberal, que fragmenta o desenvolvimento das políticas sociais.

Incluir a intersetorialidade como eixo de operacionalização no campo das políticas públicas é um desafio, pois historicamente a administração pública não foi organizada por essa referência. Neste sentido, articular saberes requer uma readequação dos serviços ofertados pela gestão pública, além de uma formatação na caracterização e envolvimento dos sujeitos no processo de operacionalização das atividades de gestão.

Para Yazbek a intersetorialidade na política social é:

A articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à Proteção Social, à Inclusão Social e enfrentamento das desigualdades sociais identificadas. Supõe a implementação de ações integradas e superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção de redes. Nesse sentido transcende o caráter específico de cada Política ou Programa e potencializa as ações desenvolvidas por essas políticas. Também, amplia a possibilidade de um atendimento integral aos cidadãos que dela se utilizam (YAZBECK, 2014, p. 98).

Todavia é importante sinalizar que referenciar a interdisciplinariedade no bojo da política pública não significa acabar com as estruturas setorializadas, mas construir meios para articulá-las em busca de resultados satisfatórios, para integração de conhecimento comum. Deste modo, mantém-se a especificidade de cada setor com o objetivo de torná-lo interativos e articulados entre si na busca de resolutividade para problemas complexos na ordem social.

Nos exames de Yazbec (2014) a união de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns e deve se constituir como princípio que oriente a construção de redes. Nessa direção, vai além da especificidade de cada política ou programa e potencializa as ações

desenvolvidas por essas políticas. Também faz crescer a possibilidade de um atendimento integral aos usuários que dela necessitam.

Por conseguinte, Yazbek (2014) confirma que:

A intersetorialidade que vem se configurando como um princípio orientador de ações integradas no âmbito da Política Social supõe atendimentos em rede para a população. Fenômeno novo e que é visto por alguns como novo paradigma para a atuação do Estado em conjunto com setores organizados da sociedade. A proposta de uma ação integrada e em rede está na base desse paradigma (YAZBEK, 2014, p. 98).

A intersetorialidade compõe os diferentes setores que constroem, de forma conjunta e pactuada, um projeto integrado destinado alcançar objetivos mais amplos. O planejamento inclui a identificação de determinantes, envolvimento dos sujeitos implicados no processo e a formulação de intervenções estratégicas que transcendam as ações setoriais e impactem diferentes dimensões do problema em um processo técnico e político.

A composição de um trabalho de maneira transversal exige recursos estruturados em dois eixos, o primeiro refere-se ao conhecimento, à capacidade de análise; o segundo, à capacidade relacional, à integração das políticas e programas setoriais, aos setores do governo, da sociedade civil e do mercado, destacando-se como um novo arranjo institucional e organizacional necessário (BRONZO, 2007).

Pode-se afirmar que o trabalho intersetorial supõe não apenas o diálogo ou o trabalho simultâneo entre os atores envolvidos, e sim a busca por resultados integrados. E a partir da efetivação dos processos sociais, almeja-se a condução de um novo projeto societário.

A qualidade de vida demanda uma visão integrada dos problemas sociais. A gestão intersetorial surge como uma nova possibilidade para resolver esses problemas que incidem sobre a população que ocupa determinado território. Essa é uma perspectiva importante porque aponta uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções. Com isso busca-se otimizar os recursos escassos procurando soluções integradas, pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social (JUNQUEIRA, 1999, p. 27).

Inerente ao campo da intersetorialidade há princípios básicos a se sinalizar: senso de responsabilidade, de parceria, articulação, interface, conexão, participação, diálogo, integração, dentre outros. Implementar estratégias de ação intersetorial demanda um amplo esforço particular e das diversas áreas para atuar de forma integrada, e este esforço pressupõem mudanças da dimensão ideológica, isto é, de uma nova estratégia de gestão. A estratégia intersetorial, com a efetivação de trabalhos simultâneos, remete-nos ao trabalho em rede, com a interface dos atores envolvidos, as redes de contato não consistem em pontos de contato somente, mas em conexões possíveis a partir das demandas apresentadas. A este

respeito, considera-se que não basta apenas encaminhar, orientar, é necessário conhecê-la para desenvolver um planejamento possível de ações entre os setores.

No entanto, não basta argumentar que o trabalho em rede é a base, deve compreender como é a dinamicidade deste processo. Bourguignon (2001) assinala que a rede pode ser resultado do processo de agregação de várias organizações afins em torno de um interesse em comum. A intersectorialidade pode ser efetivada de maneira diferenciada, dependendo do território, dos sujeitos envolvidos.

Diante do exposto, há de se pensar que a construção de um programa de reabilitação profissional não está circunscrita a um saber unitário, mas envolve uma rede de conhecimento no sentido de propiciar ao reabilitando o direito, a retornar a um trabalho de forma qualificada, compatível com suas limitações.

4. O EXERCÍCIO DA INTERDISCIPLINARIEDADE NA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

A partir deste ponto, apresentar-se-á a ilação presente entre a reabilitação profissional e a interdisciplinaridade, isto é, de que forma se vivencia e manifesta-se no cotidiano das ações do referente programa.

A partir da premissa epistêmica que é apreender o trabalho enquanto categoria central da sociabilidade humana presume-se que o programa de reabilitação profissional está inserido no novo metabolismo social do trabalho na contemporaneidade. A reabilitação profissional atua em situações em que a incapacidade para o trabalho e a consequente restrição laboral seja avaliada como estabilizada e de longa duração. Consiste na reinserção do trabalhador segurado da Previdência Social, seja no local de trabalho, ou em outro quando este estiver sem vínculo empregatício, e sua concepção abrange aspectos sanitários, previdenciários, sociais e legais.

De acordo com o que é previsto pela legislação previdenciária atual, o programa visa oferecer aos trabalhadores adoecidos ou acidentados, meios de reeducação e readaptação profissional para o retorno do indivíduo às atividades laborais, sendo essas diferentes em relação às tarefas habituais (POERSCH; RAMOS; SILVA, 2010).

O conceito de reabilitação é descrito da seguinte forma pela Lei nº 8.213/1991:

Artigo 89 - assistência educativa ou reeducativa e de adaptação ou readaptação profissional, instituída sob a denominação genérica de habilitação e reabilitação profissional, visando proporcionar aos

beneficiários incapacitados parcial ou totalmente para o trabalho, em caráter obrigatório, independente de carência, e às “pessoas portadoras de deficiência”, os meios indicados para o reingresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem (BRASIL, 1991).

Este artigo ressalta o objetivo principal do processo de reabilitação e habilitação profissional, ou seja, tem como meta educar ou reeducar, adaptar ou readaptar a pessoa ao mercado de trabalho.

O termo “contexto em que vive” refere-se que a aplicação do processo de reabilitação e habilitação profissional deve ser realizado considerando as realidades e limitações culturais, idade, deficiência física do segurado, bem como, analisar sua amplitude de conhecimentos culturais e gerais, para, assim, poder identificar em que cenário social o segurado pode ser inserido para ter a devida reabilitação ou habilitação profissional e ter a qualificação profissional digna com sua realidade.

De acordo com o Manual Técnico de Procedimentos da Área da Reabilitação Profissional (BRASIL, 2016) os conceitos de reabilitação profissional, habilitação e readaptação profissional são definidos como:

Reabilitação Profissional – RP é a assistência educativa ou reeducativa e de adaptação ou readaptação profissional, instituída sob a denominação genérica de habilitação e reabilitação profissional, visando proporcionar aos beneficiários incapacitados parcial ou totalmente para o trabalho, em caráter obrigatório, independente de carência, e às “pessoas portadoras de deficiência”, os meios indicados para o reingresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem (artigo 89 da Lei 8.213/91 e art. 136, do Decreto nº 3.048/99). Entende-se por habilitação a ação de capacitação do indivíduo para o desenvolvimento de atividades laborativas, observando as aptidões, interesses e experiências. A readaptação profissional procura tornar o indivíduo apto a retornar às atividades profissionais, proporcionando meios de adaptação à(s) função(ões) compatível(eis) (BRASIL, 2016, p. 74).

Ainda no artigo 89 da Lei nº 8.213/1991 é estabelecido no parágrafo único que a reabilitação profissional compreende:

a) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional; **b)** a reparação ou a substituição dos aparelhos mencionados no inciso anterior, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário; **c)** o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário (BRASIL, 1991).

Prosseguindo na regulamentação da reabilitação e habilitação profissional a Lei nº 8.213/1991 estabelece que:

Artigo 90 - A prestação de que trata o artigo anterior é devida em caráter obrigatório aos segurados, inclusive aposentados e, na medida das possibilidades do órgão da Previdência Social, aos seus dependentes. Artigo 91 - Será concedido, no caso de habilitação e reabilitação profissional, auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário, conforme dispuser o Regulamento. Artigo 92 - Concluído o processo de habilitação ou reabilitação social e profissional, a Previdência Social emitirá certificado individual, indicando as atividades que poderão ser exercidas pelo beneficiário, nada impedindo que este exerça outra atividade para a qual se capacitar (BRASIL, 1991).

Assim, após a conclusão do processo de habilitação ou reabilitação profissional o INSS certifica que o segurado está apto ao exercício profissional, indicando quais atividades que o mesmo poderá exercer. Entretanto, com a certificação de que está apto ao exercício profissional é cessado o auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, por estar “reabilitado”, dependendo assim da articulação das políticas públicas do município para o retorno ao mercado de trabalho.

As funções básicas realizadas pelo programa de reabilitação profissional envolvem: a avaliação e definição da capacidade laborativa do trabalhador; a avaliação das perdas funcionais, funções conservadas, contraindicações, potencialidades e prognóstico laboral; a orientação e acompanhamento da programação profissional; a articulação com o meio para o regresso no mercado de trabalho; e o acompanhamento e pesquisa de fixação no mercado de trabalho (BRASIL, 2016).

Diante das funções básicas do programa descrita acima é possível afirmar que há necessidade do reconhecimento de diversos fatores tanto na atuação da avaliação da capacidade laboral quanto na definição de estratégias com vistas a (re) inserção no mercado de trabalho. Assim buscar a interdisciplinariedade no Serviço de Reabilitação Profissional torna-se prioridade na tentativa de compreender a mutualidade das significações humanas em sua totalidade.

A interdisciplinariedade no campo da reabilitação profissional se faz importante para mudança de paradigma, tendo em vista que ao mesmo tempo permite atuação integrada de diferentes campos do conhecimento, proporciona melhor compreensão dos fenômenos sociais na medida em que requer informações relativas a todas as dimensões do sujeito.

Realizar o Serviço de Reabilitação Profissional segundo uma perspectiva de interdisciplinariedade significa sair dos limites fixos das previsibilidades disciplinares para atuar com realidades complexas. Outro fator importante da interdisciplinariedade na

reabilitação profissional é a possibilidade dos profissionais, apesar de competentes em diferentes disciplinas, articularem conceitos comuns, estabelecerem conexões e correspondências entre as parcelas de conhecimento, realizarem triangulações metodológicas colaborando entre si na análise dos resultados e na construção de uma proposta comum.

Neste sentido, com o objetivo de garantir o aprimoramento da abordagem interdisciplinar em equipe multiprofissional na Reabilitação Profissional do INSS, desvela-se dois aspectos: 1. manter o trabalho em equipe com base principal da organização desde serviço, entendendo que trabalho em equipe multiprofissional é a modalidade de trabalho coletivo que se configura na relação recíproca e de complementariedade entre intervenções técnicas e a interação dos profissionais, com marcos teóricos compartilhados e dispostos na busca de consensos nas decisões e construção dos planos de acompanhamento dos reabilitandos, levando a decisões em conjunto dos casos avaliados; reafirmar a avaliação da capacidade laboral e a orientação profissional com ações comuns e apontar a concepção de funcionalidade pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) como norteador das avaliações e da comunicação.

Neste sentido, é válido sinalizar que a interdisciplinaridade não acontece de forma abstrata, ela precisa ser praticada no decorrer de um projeto de ação. De acordo com Scherer “a existência de um trabalho em equipe que seja integrado é considerada uma questão básica para o exercício da interdisciplinaridade” (SCHERER, 2006, p. 140).

Diante do exposto, entende-se que o modelo de trabalho, de base interdisciplinar, exige uma visão diferenciada, criativa e até mesmo ousada, capaz de romper com a concepção de divisão do saber. É importante estar presente no trabalho interdisciplinar a especificidade de cada conteúdo, mas de maneira integrada e construtiva. Em síntese, na medida em que é garantida a integração dos profissionais, e das disciplinas, é garantido também o sentido do serviço de reabilitação profissional para os trabalhadores que necessitam de reabilitação profissional.

5 CONCLUSÕES

Historicamente a interdisciplinariedade entre os profissionais e a intersectorialidade entre as políticas sociais públicas, vem sendo constituída por diversos atores e setores, todavia estes modelos espelham a lógica positivista de gestão burocrática de caráter hierarquizado e centralizador garantindo a histórica hegemonia de cada esfera do governo. Com essa

afirmação, pouco parece que pode ser feito em nome ou na busca da interdisciplinariedade e intersetorialidade. Entretanto, acredita-se que história não é destino, e que se processos são construídos, eles igualmente podem ser (des) construídos. Neste sentido, as reflexões perpassam a indagação: Que processos outros são necessários para desconstruir? Então este é um dos objetivos intelectual e ético daqueles que são acreditam em transformações socioetárias e sobretudo no pressuposto de uma trabalho interdisciplinar, respeitando a especificidade de cada área, bem como no desvelar da intersetorialidade entre as políticas públicas, desafios, dilemas, concepções, etc. Assim, inicia-se uma caminhada, não se sabe onde e nem quando vai se chegar, mas sabe-se que o processo mais rico está no trilhar os caminhos da incertezas e das buscas por respostas que desconcertem o que já não responde a realidade.

Considerando-se a noção de uma reabilitação profissional "integral", não existe um profissional único que seja suficiente para as necessidades da reabilitação profissional da pessoa, há aspectos implicados em diferentes níveis: educacional, de saúde, emocional, ocupacional, socioeconômico, dentre outros, o qual exige o trabalho de mais de um campo profissional. Assim, na reabilitação profissional tomada como um tipo de trabalho interdisciplinar, sempre haverá uma diversidade de técnicas e condutas em diálogo, e em maior ou menor grau, cada profissional terá que se comprometer com os trabalhos realizados por colegas de outras áreas.

Essa peculiar situação remete à necessidade de se pensar uma conduta minimamente coerente entre áreas distintas, e que, afinal, diz respeito a coisas que não se esgotam numa discussão estritamente técnica.

Nesta perspectiva deve-se ater a uma ideia mais ampla da reabilitação profissional, considerando essa sua maleabilidade diante de necessidades e situações bastante singulares. De um modo geral e sintético, pode-se definir a reabilitação profissional como um trabalho com aspectos educacionais, sociais e terapêuticos em que uma pessoa que sofre algum tipo de perda laborativa procura restabelecer ou criar recursos para retomar as atividades de sua vida da melhor forma possível.

A técnica e os dispositivos institucionais encontram seu direcionamento e aplicação adequados quando se leva em consideração que a pessoa/trabalhador, os profissionais e a instituição desenvolvem vínculos, que existe uma condição de fragilidade em que as pessoas normalmente se encontram, que a assimetria inevitável de poder entre reabilitando/trabalhador e instituição/profissional deve ser constantemente monitorada para evitar relações perversas e

reproduções veladas de estereótipos e preconceitos. A isso podemos chamar de um enfoque ético no eixo do planejamento técnico de um trabalho de reabilitação, que conseqüentemente é vislumbrado e almejado com uma práxis interdisciplinar e uma atuação intersetorial entre os setores envolvidos, rompendo com a cultura focalização presente nas políticas públicas e no cartesianismos das áreas técnicas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURGUIGNON, Jussara. **Concepção de rede intersetorial**, 2001. Disponível em: <<http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1991.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Manual Técnico de Procedimentos da área de Reabilitação Profissional**. Volume I. Atualizado pelos Despachos Decisórios nº 2/DIRSAT/INSS, de 24/11/2011, nº 1/ DIRSAT/INSS, de 19/04/2016 e nº 2, DIRSAT/INSS, de 12/05/2016. Brasília, DF: Instituto Nacional do Seguro Social, 2016.

BRONZO, C. **Intersetorialidade como princípio e prática nas políticas públicas**: reflexões a partir do tema de enfrentamento a pobreza. In: XX Concurso del CLAD sobre Reforma del Estado y Modernización de la Administración Pública “¿Cómo enfrentar los desafíos de la transversalidad y de la intersectorialidad en la gestión pública?”. 2007. Caracas. 39 p.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10 ed. Loyola: São Paulo, 2001.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: histórias e implicações. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IANNI, O. **Construção de categorias**. Aula transcrita, 1986.

JUNQUEIRA L. A. P. Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade. In: **Revista FEA-PUC-SP**, São Paulo, v. 1, p. 57-72, nov. 1999.

MARX, K. Manuscritos Econômicos e Filosóficos (1980 a 1983) In: GIANNOTTI, J. A. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. Trad. José Carlos Bruni *et al.* 5 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991 p.12 a 273. (Coleção Os pensadores).

MUNHOZ, E. N. D.; JUNIOR, C. R. de O. Interdisciplinariedade e pesquisa. IN: BOURGUIGNON, J. A. **Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPS, 2009. 760p.

PEREIRA, A. P. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. de; SOUZA, R. G. de (Orgs.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2014, p. 21 a 39.

POERSCH, A. L.; RAMOS, M. Z.; SILVA, R. N. Reabilitação profissional: o coletivo como ferramenta de re-significação. **Psico.**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 137-143, jan./mar. 2010.

SÁ, J. L. M. de (Org.). **Serviço Social e interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos a prática interdisciplinar no ensino na pesquisa e extensão**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHERER, M. D. A. **O trabalho da equipe no programa de saúde da família: possibilidades de construção da interdisciplinaridade**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC/PEN, 2006.

SEVERINO, A. J. Subsídios para uma reflexão sobre os novos caminhos da interdisciplinaridade. In: SÁ, J. L. M. de (Org.). **Serviço Social e interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino na pesquisa e extensão**. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, M. C. Sistema de Proteção Social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. de; SOUZA, R. G. de (Orgs.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2014, p. 77 a 103.